

**O LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA
E SUA UTILIZAÇÃO EM SALA DE AULA:
APONTAMENTOS SOBRE A POLÍTICA EDUCACIONAL
DO PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO**

Karolyna Maciel dos Santos Cordeiro (UENF)

karolynamaciel@hotmail.com

Leandro Garcia Pinho (UENF)

RESUMO

Esta pesquisa pretende analisar o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) enquanto uma política pública educacional, no que tange ao processo de utilização dos livros de língua portuguesa pelos professores em suas aulas. Esta se constitui como uma pesquisa qualitativa, com observação participante, em uma escola Municipal da cidade de Cachoeiro de Itapemirim, Espírito Santo. Foram analisados 2 livros de língua portuguesa no 2º e no 3º ano do ensino fundamental. Em 1985 é criado o Programa Nacional do Livro didático, para distribuir livros didáticos gratuitamente a todos os alunos de primeira a oitava série de escolas públicas do Brasil. O Programa ainda pretende que o professor possa escolher o livro que vai usar, visando também o aperfeiçoamento das especificações técnicas na produção, a fim de eliminar erros comuns que antes eram encontrados nos materiais.

Palavras-chave: Livro didático. Professores. Alunos. Política educacional.

1. Introdução

Este estudo apresenta os primeiros levantamentos sobre o projeto de mestrado com o título *O Programa Nacional do Livro Didático Enquanto Política Pública: O Processo de escolha dos livros e sua utilização na Rede Pública de Ensino de Cachoeiro de Itapemirim – ES*, sob a orientação do Professor Dr. Leandro Garcia Pinho, que se inicia neste ano de 2014, no Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais, da Universidade Estadual do Norte Fluminense – Darcy Ribeiro. Os objetivos específicos são: perceber se a linguagem abordada nos livros está contextualizada com o cotidiano do aluno e com a prática do professor; verificar a atuação dos professores em sala de aula no que diz respeito a utilização do recurso livro didático.

Estudos como o de Stamatto (2011) apontam que desde o Período Imperial já se pensava na questão do livro didático, mas nesta época ele era conhecido como compêndio, e possuía geralmente origem estrangeira. Inclusive, a Constituição do Império já determinava que os professo-

res deveriam escolher os compêndios com os quais trabalhariam, “contanto que as doutrinas estivessem de acordo com o sistema jurado pela nação” (STAMATTO, 2011, p. 245). Desde então, vários avanços foram ocorrendo, mas em 1930 os debates a respeito ganharam força e, com o Estado Novo, importantes decisões foram tomadas. Em 1930 cresce o interesse pelos assuntos educacionais, caracterizando a educação como um passo para a modernização, juntamente com um Estado antiliberal e intervencionista. No início do governo Vargas a ênfase era para criação de cidadãos que reproduzissem o modelo elitista, com a escola exercendo uma função social.

Como não se pode compreender o livro didático sem saber sobre sua regulamentação, não se pode deixar de citar a legislação que regulamentou o Programa Nacional do Livro Didático e o instaurou como uma política pública educacional, a Lei 91.542, de 19/08/1985.

Com esta lei, o Estado tem a obrigatoriedade de distribuir gratuitamente os livros didáticos em escolas públicas brasileiras, cumprindo com seu dever de subsidiar a educação no país. Assim, o Programa Nacional do Livro Didático assume o papel de política educacional, que nas palavras de Cavalcante (2012, p. 1925) “faz menção às diversas e múltiplas ideias e ações governamentais no âmbito educacional. Estas últimas são, portanto, políticas públicas dirigidas à resolução de questões educacionais”. Desta forma, o Programa Nacional do Livro Didático surge para atender a uma demanda social e educacional. A partir de 1990, as políticas públicas em educação no Brasil foram pautadas para ampliar seu atendimento e para focar no público a que se destinam. Assim, como ressalta Amaral (2012), se traduzem em ações compensatórias que pretendem minimizar os desequilíbrios sociais que o mercado capitalista instaurou. Estas políticas recebem financiamento de organismos internacionais, como o Banco Mundial, que interferem nas diretrizes de sua elaboração e diminuem o papel do estado, que passa apenas a coordenar e controlar estas ações.

2. *A importância do livro didático e sua atuação como política pública educacional*

Ao longo dos anos, é possível perceber que o livro didático é um assunto muito trabalhado e discutido entre os pesquisadores nas universidades. Cada um pesquisando os distintos enfoques que ele pode suscitar, seja no âmbito pedagógico, político, econômico, dentre outros. Considere

rando que o livro didático é uma importante ferramenta pedagógica, capaz de direcionar o fazer do professor e o aprendizado do aluno, este se torna o melhor caminho para atender à intenção capitalista de mercado e ser implementado como instrumento obrigatório nas salas de aula de todo o país.

Não muito raro, as questões apontadas pelos estudiosos em relação ao livro didático são referentes aos inúmeros aspectos negativos que ele pode conter e, às vezes, alguns ainda o rotulam como um objeto sem tanta importância. Além disso, muito se fala que os problemas que envolvem os livros utilizados nas escolas dizem respeito somente aos pedagogos, não sendo tema de grande relevância para outros pesquisadores.

Nota-se que o livro didático também sofre grandes críticas provenientes dos setores educacionais. Desde a segunda metade do século XIX, com a chamada concepção moderna de educação, alguns estudiosos passaram a condenar o ensino baseado no livro didático, considerado tradicional e que “revela” a incompetência do professor, que apenas se apoia na “bengala” que é o livro. Mas como aponta Munakata, (2012, p. 283): “o fato de usar livro não significa que o professor seja automaticamente incompetente, do mesmo modo que não usar livro didático não lhe confere, por si só, o prêmio de excelência”.

De qualquer maneira, a verdade é que o livro didático possui sim sua importância pelo fato de ele ser, em muitos casos, o único material de aprendizado com o qual o aluno terá contato.

Mesmo com a possibilidade de vários recursos didáticos que podem ser empregados pelo professor, o livro didático é ainda um material escolar muito utilizado e essencial para os alunos, já que é um mediador na construção do conhecimento.

De acordo com o que aponta Francisco Filho (*apud* MANTOVANI, 2009, p. 19), o livro surge como instrumento de instrução desde o século XVI a. C. e continha informações preciosas que denotava sabedoria para os que os possuísem ou tivessem conhecimento de seus conteúdos. Isto mostra que são usados como método de ensino há muito tempo. Mesmo assim, a produção e a utilização dos livros didáticos num fluxo contínuo, utilizando-se das teorias e filosofias de ensino, se iniciam no século XX. Ainda que o livro didático seja tema gerador de polêmicas e recebedor de inúmeras críticas, é um instrumento fundamental para ser usado nas escolas. Para Mantovani (2009, p. 20), pode-se perceber “o quanto esse instrumento foi importante para comunicar, produzir e

transmitir o conhecimento escolar pelo menos nos dois últimos séculos”. Desta forma, considera-se que o livro didático é um material básico para o processo de ensino e aprendizagem nas salas de aula brasileiras, uma vez que sistematiza os conteúdos, servindo de suporte para professores e alunos. Portanto, este material é considerado uma grande fonte de informação e, se utilizado corretamente, tem muito a contribuir com o fazer pedagógico.

Nessa mesma linha de raciocínio, segundo Lajolo (1996, p. 4), o livro didático adquire tanta relevância dentro da prática de ensino no Brasil, nos últimos anos, que acaba por determinar os conteúdos a serem ensinados e condicionar as estratégias de ensino, “marcando de forma decisiva o que se ensina e como se ensina”. Nesse sentido, cabe ao professor exercer seu papel de intercessor dentro do processo de ensino-aprendizagem para que tal realidade seja transformada. Cabe ao docente fazer a seleção de conteúdos que considera mais relevante para sua disciplina, aqueles que merecem ser mais bem analisados e aprofundados e que contribuam para o desenvolvimento crítico do aluno, deixando de ser apenas “refém” do livro didático.

Para além disso, o tema livro didático também adquire outra relevância por estar presente em algumas políticas sociais e educacionais implantadas pelo governo federal e que atingem todas as escolas públicas do país, fazendo despender elevada verba pública e que gera disputas entre empresas privadas. O Programa Nacional do Livro Didático é um proeminente exemplo de política social pública, voltado para o âmbito da educação (ponto em que voltamos a analisar posteriormente).

Seguindo essa linha de raciocínio e reservando algumas linhas para melhor compreensão acerca de políticas sociais, Eloisa Hofling (2001, p. 31) assevera que: políticas sociais se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico.

As políticas assistenciais são aquelas oferecidas pelo Estado aos grupos que não podem se autossustentar, como crianças e deficientes e aos indivíduos que se encontram em alguma situação emergencial, como vítimas de enchente e seca. A assistência do Estado é um direito de cidadania das categoriais mais pobres da sociedade.

As políticas socioeconômicas estão ligadas ao afrontamento da

pobreza material. Observa-se que a renda e o emprego são fundamentais na tentativa de diminuir as desigualdades sociais, cabendo ao Estado propiciar os mecanismos de investimentos para geração de ambos.

A fragilidade da cidadania caracteriza a pobreza política com a qual as políticas participativas procuram enfrentar. O acesso à educação básica, dever do Estado, é uma das formas cruciais para a contribuição no processo de formação da cidadania. Angela de Castro Gomes constata que a luta dos brasileiros pelos direitos de cidadania “se desenvolveu e ainda se desenvolve segundo ritmos diferenciados e assimétricos. [...] O que se verifica é que o processo pode ter avanços, mas também pode sofrer recuos” (GOMES, 2003, p. 166). De qualquer forma, a cidadania deve ser uma prática cotidiana, deve fazer parte da vivência dos indivíduos. Além do mais, a cidadania deve incluir a ampliação de novos direitos e incluir também a perspectiva do direito à diferença.

Entende-se que, na leitura contemporânea de cidadania, os direitos políticos, sociais e civis são fundamentais para o cidadão pleno (talvez inalcançável), dimensões estas já apontadas por Marshall (1967) em seus estudos acerca da luta dos ingleses pelos direitos de cidadania. O importante lembrar é que, como bem asseverou Carvalho (2002), a educação popular, que é um direito social, é muitas vezes um requisito para a ampliação dos demais direitos, pois através dela os indivíduos podem conhecer seus direitos e batalhar por eles.

Entretanto, o que se percebe em inúmeras escolas públicas é que muitos estudantes não possuem a noção dos direitos sociais, civis e políticos que são detentores. Em geral, pode-se afirmar que muitos alunos não possuem o conhecimento necessário para exercer seu papel de cidadão.

Destarte, algumas políticas participativas, como as políticas educacionais, por exemplo, têm a função de diminuir essa deficiência de conhecimento dos indivíduos, essa pobreza política dos alunos e futuros responsáveis pelo país. O Programa Nacional do Livro Didático é um exemplo de política participativa adotada pelo Estado, focando especificamente, como remete o próprio nome, o livro didático.

3. Breve histórico do livro didático, a partir de 1827

Baseando-se em Stamatto (2011), pode-se afirmar que a primeira legislação educacional, com a lei de 11 de agosto de 1827 e o decreto de

15 de novembro do mesmo ano, defendia a elaboração de compêndios para o ensino superior. Os professores podiam escolher os compêndios que iriam aproveitar, desde que estes estivessem em conformidade com o sistema nacional e fossem aprovados por uma Assembleia Geral, cabendo ao governo a impressão e distribuição do material. A falta de livros brasileiros culminava com o uso maciço da literatura estrangeira, de maioria francesa ou portuguesa, que perdurou até 1860 sendo adaptada para o ensino brasileiro. Havia inspetores que cuidavam da adequação das obras e uma comissão supervisora, Comissão Literária, que visitava as escolas e selecionava os livros a serem usados. Todos os materiais utilizados em escolas públicas necessitavam da autorização da comissão e os livros de cunho religioso requeriam a autorização do bispo.

Valdemarin (2010) aponta que no século XIX houve uma grande disseminação da escolarização, atribuindo a ela as funções de formação moral e instrução elementar, criando assim uma demanda para produzir materiais que auxiliassem os professores em seu fazer pedagógico e focando na questão de como ensinar a um vasto número de crianças. Para divulgar um novo método de ensino, foi produzido um enorme volume de livros.

A estratégia para a disseminação desse método consiste na elaboração de manual didático, tornando acessível e compreensível aos professores em exercício ou em formação os procedimentos a serem adotados. Amplia-se assim uma área de atuação que resulta na ampliação do mercado de livros produzidos por professores para uso de professores (VALDEMARIN, 2010, p. 21).

Deste modo, percebe-se que a técnica pedagógica indicada incidia em modelos para serem exercitados por meio dos cursos de formação de professores, haja visto que o livro, ou os manuais, eram parte principal deste processo.

As primeiras décadas do século XX, no período republicano, foram marcadas pela construção de prédios escolares e “tornou importante o sistema educacional público como uma instância formadora do cidadão republicano” (STAMATTO, 2011, p. 247). O livro didático vinha cumprir o papel de contribuir com esta formação. Deste modo, a formação do cidadão era, primeiramente, uma formação de caráter, em que o aluno deve aprender a respeitar a hierarquia em que está inserido. Com base nestes princípios os livros foram moldados para atender aos desígnios do estado, a fim de inculcar na sociedade o seu modo de pensamento. Em 1929, um ano antes do Estado Novo de Vargas, as políticas educacionais se consolidam como importante instrumento do aparelho ideológico do

Estado, pois serviram nesta época para que o então presidente se legitimasse para as classes trabalhadoras. Para os menos favorecidos, existia o ensino profissionalizante precoce, visando a atender os desejos da classe empregadora e, desta forma, perpetuando sua dominação. Na década de 30, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública pelo decreto número 19.402. Em 1931, este Ministério se torna responsável pelos programas da escola secundária, tendo controle sobre os currículos e modificando as matérias e os livros utilizados nelas. Neste período, como aponta Stamatto (2011), livros estrangeiros foram proibidos de serem adotados nas escolas do país e foi criado o Instituto Nacional do Livro (INL) em 1937, em que o governo adquire livros e os distribui para as escolas, contribuindo para o crescimento do mercado de editoras no país. Em 1938 foi criada a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD) estabelecendo leis correspondentes a produção e circulação do livro no Brasil. Nesta Comissão, o livro didático foi definido como: “Art. 2, § 1º – compêndios são livros que exponham total ou parcialmente a matéria das disciplinas constantes dos programas escolares; 2º – livros de leitura de classe são os livros usados para leitura dos alunos em aula” (STAMATTO, 2011, p. 249).

Em 1939 foi criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que se instituiu como um aparelho estatal de censura que introduzia propagandas políticas em materiais didáticos com a imagem de Vargas. Em 1940 foi proibido qualquer livro que não observasse na capa a autorização do Ministério da Educação, com número de registro da CNLD. Os professores tinham o direito de escolher os livros que constavam na relação oficial para utilizar em suas aulas.

Em 1961, com a promulgação da 1ª LDB, Lei 4.024, os currículos foram revisados e, conseqüentemente, os livros didáticos tiveram que se adequar para atender às escolas. Outro fator histórico importante é a assinatura do acordo MEC/SNEL/USAID, em 1967, que criou a Comissão do Livro Técnico e Livro Didático (COLTED), a fim de disponibilizar gratuitamente milhões de livros para os estudantes no Brasil em três anos. Neste momento, o livro passa a ser usado com mais frequência no país devido a quantidade de material que foi distribuída (cerca de 51 milhões). A COLTED passou por modificações, com a criação da FENAME (Fundação Nacional do Material Escolar) em 1968, do INL (Instituto Nacional do Livro), e do Programa do Livro Didático, em 1971, da Fundação Nacional do Material Didático, em 1976 e da FAE (Fundação de Assistência ao Estudante) em 1983 como mostra Stamatto (2011).

Em 1985, com a Lei 91.542, de 19/08/85, é criado o Programa Nacional do Livro Didático, com objetivos de distribuir livros didáticos gratuitamente a todos os alunos de primeira a oitava série de escolas públicas do Brasil, bem como auxiliar o trabalho do professor e contribuir para a melhoria da qualidade da educação, além de avaliar os livros do Ensino Fundamental e elaborar um guia dos livros que podem ser adotados pelas escolas. O Programa ainda pretende que o professor possa escolher o livro que vai usar, visando também a reutilização do mesmo e o aperfeiçoamento das especificações técnicas na produção. Em 1992 as verbas do Programa Nacional do Livro Didático foram restritas e limitou a distribuição dos livros, mas em 1993 com a Resolução CD FNDE nº 6 foram vinculados recursos com verbas regulares para aquisição e distribuição dos livros didáticos. Após esta regularidade, outras disciplinas foram sendo contempladas gradativamente no Programa.

Em 1996 o MEC iniciou a etapa de avaliação para que excluísse dos guias os livros que pudessem apresentar algum problema conceitual, de desatualização ou de discriminação. As obras são avaliadas com critérios estabelecidos pelo MEC, classificados em: “Recomendadas com Distinção (3 estrelas); Recomendadas (2 estrelas); Recomendadas com Ressalva (1 estrela); Não Recomendadas. Todas as obras avaliadas constavam no Guia” (BRITTO, *apud* AMARAL, 2012, p. 1098). Posteriormente, em 2001, o Guia deixou de apresentar as obras não recomendadas e em 2004 parou com a classificação por estrelas. Segundo Knauss (2011), a avaliação se baseava em critérios eliminatórios, que pretendiam corrigir os conceitos e as informações básicas dos livros, além de avaliar os preceitos éticos, a coerência e a adequação metodológica. Em 2005, passou-se a adotar as resenhas dos livros como critério para a escolha do professor, permitindo que se fizesse um estudo mais detalhado das obras. Teve início neste mesmo ano o PNLEM, para o Ensino Médio, estendendo as políticas públicas do Brasil para este segmento de ensino também.

Em 1980 o país passava por uma enorme crise na educação. Muitos alunos repetentes, analfabetismo, professores leigos e evasão escolar, reprovações, alunos excedentes e miséria, tudo isto com altos índices. Silva (1983) atribui este fracasso escolar aos alunos que, pobres, possuíam dificuldades de atenção e concentração e ainda necessitavam sobreviver em seu ambiente familiar, deixando para desenvolver as habilidades de leitura e escrita apenas na escola. A oposição pedia mudança, para que este quadro terrível se invertesse. Com o fim do regime militar, em 1985, a nova República de Sarney prometia transformações e uma democracia,

mas foram aspirações que não passaram de desejos populares. O modelo militar ficou de herança e pouca coisa mudou. As reivindicações se faziam presentes, culminando com o movimento crítico de associações científicas (ANPEd, ANDES, CNTE), criadas para exigir do governo o cumprimento de algumas leis que ficaram esquecidas, em prol de uma educação de qualidade. Defendiam, segundo Shiroma; Moraes; Evangelista (2004) a erradicação do analfabetismo e a universalização da escola pública para formar alunos com consciência crítica.

Foi em meio a este clima de mudanças e reivindicações que, em 1985, foi criado o Programa Nacional do Livro Didático. Antes mesmo dele se instituir, Silva (1983) discutia sobre as mudanças que deveriam ocorrer no sistema de ensino para que recursos não fossem gastos descontroladamente com os livros. Dentre elas, destacava a formação de professores, para que, uma vez capacitados, pudessem fazer bom uso dos didáticos como ferramenta de trabalho, colocando sua crítica quando revela que “muitas vezes, os professores são incapazes de usar novos materiais e livros didáticos porque nem sequer tem a formação necessária para entender as mudanças ali propostas” (SILVA, 1983, p. 101). Do mesmo modo, posiciona-se quanto aos recursos que precisam ser despendidos para formar e reciclar o profissional, bem como a responsabilidade social que o governo deve empreender para que o ensino melhore no país, chamando a população brasileira para abandonar o posicionamento de vítimas desta enganação financiada por organismos internacionais, disfarçada de “boas ações” para a população mais pobre.

4. Análise do livro didático de língua portuguesa e do uso que os professores fazem dele

O *locus* da pesquisa foi uma escola de ensino fundamental I, do município de Cachoeiro de Itapemirim, Espírito Santo, na qual a autora deste artigo atua como pedagoga. Neste ensejo, foram escolhidas as turmas de 2º e 3º ano do turno vespertino, analisando-se os livros de língua portuguesa usados. Toda a escola trabalha com a mesma coleção de livros, em todas as matérias, mas o nome da coleção não será divulgado.

Foi feita uma observação participante do cotidiano da escola e das turmas em particular. Em planejamento, a pedagoga delineou os caminhos a serem percorridos para que pudesse verificar a atuação das professoras num momento posterior. Em outra ocasião, observou uma aula nas respectivas turmas para ver a aplicabilidade do instrumento enquanto

apoio pedagógico. Enquanto observava, a pedagoga fazia indagações a respeito do que estava acontecendo na aula, verificando se estava de acordo com o plano de aula e com o intelecto da turma.

De acordo com as análises realizadas nas turmas de 2º e 3º ano, percebe-se que a coleção é fraca para a faixa etária a que se destina, mas mesmo assim está de acordo com a realidade da escola pesquisada, pois os alunos destas salas ainda não adquiriram habilidades de leitura e escrita de forma plena, estando em processo de alfabetização. De qualquer modo, a qualidade dos livros poderia ser melhor, com textos que estivessem de acordo com ao fator social dos alunos, pois apresenta maior quantidade de textos informativos, não proporcionando o conhecimento de diferentes gêneros textuais. Mesmo mediante esta realidade, nota-se que o livro de língua portuguesa é o mais utilizado pelos professores em sala de aula, sendo tratado como um suporte nas aulas e como “quebra galho”. Afirmo isto porque, enquanto pedagoga das turmas, este instrumento muitas vezes não é listado no planejamento mas, quando acompanhada uma aula nas turmas, o livro está sendo utilizado, mesmo sem planejamento prévio.

No momento da observação, como já mencionado, a pedagoga fez questionamentos para direcionar melhor seu trabalho. Uma das perguntas feitas indiretamente foi “se o professor teve a oportunidade de escolher o livro com o qual estava trabalhando”. As duas professoras responderam que nunca escolheram nenhum livro didático e nem sabiam que tinham este direito. É claro que estes resultados são apurados mediante uma amostra muito pequena e não devem ser generalizados. Também são baseados na realidade de uma única escola, tendo características particularizadas com relação às outras escolas.

Cabe ressaltar que este estudo foi realizado para cumprir com o roteiro deste artigo em especial, sendo efetivado em um período curto de tempo e com uma análise com poucos instrumentos, sendo uma característica de limitação do método.

5. Considerações finais

É visto que o programa atinge o objetivo de distribuir livros a todos os alunos da rede pública de ensino, mas passa por percalços, principalmente no que tange ao processo de escolha dos livros que deveria ser feito pelos professores. Nota-se também que o livro muitas vezes é utili-

zado como “muleta”, já que o professor se apoia somente nele para ministrar suas aulas e não o relaciona com a realidade dos alunos, mostrando falhas no processo de ensino e também no processo de escolha desta ferramenta, haja visto que os livros escolhidos apresentam temas descontextualizados.

A questão do livro didático vem sendo marcada por intensas transformações desde que, no país, começaram as discussões sobre o tema. Em 1827, ainda no Império, se falava em material didático, mas com muita timidez e, as ponderações giravam em torno das proibições e proventos na forma da lei. Foi apenas em 1929 que o livro didático iniciou oficialmente seu trajeto como uma política pública educacional, com a inauguração do INL até 1985, com a implantação efetiva do Programa Nacional do Livro Didático. Desde então, o cenário educacional sofreu consideráveis mudanças. O livro didático acompanhou a todas elas, algumas vezes para melhorar o sistema educacional e outras sendo esquecido.

Mesmo em meio a todos os percalços e reformulações, o Programa é notado como um exemplo, apesar de todas as dificuldades encontradas que não cabem ser mencionadas neste momento. Ressalta-se que o sucesso deve estar na distribuição gratuita a todos os alunos de escolas públicas do Brasil, e na expansão desta distribuição, posto que o livro didático se estabelece como uma importante ferramenta de auxílio ao fazer pedagógico do professor e de aprendizagem para o aluno.

O processo descrito anteriormente apresenta como os programas que se referem ao livro didático foram adquirindo complexidade e relevância ao longo dos anos, chegando até o Programa Nacional do Livro Didático, uma importante política de Estado e o maior programa mundial de oferta gratuita de livros didáticos aos alunos de instituições públicas de ensino.

Em linhas gerais, uma crítica bastante observada entre os estudiosos em relação ao Programa Nacional do Livro Didático refere-se à concentração da participação de um grupo de editores, que ameaça o aspecto de descentralização do programa. De qualquer forma, é possível perceber que em diferentes períodos, em distintos governos e políticas, as questões que envolvem o livro didático eram e ainda são assunto em pauta, gerando diferentes discussões e polêmicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Sandra Regina Rodrigues do. Políticas públicas para o livro didático a partir de 1990: o PNLD e a regulamentação das escolhas do professor. In: *Semana da Educação*, Londrina, 2012, p. 1091-1103. Disponível em:

<<http://www.uel.br/eventos/semanadaeducacao/pages/arquivos/anais/2012/anais/politicaseducacionais/politicaspUBLICAPARAOLIVROdidatico.pdf>>.

Acesso em: 23-08-2013.

GOMES, Angela de Castro. Venturas e desventuras de uma república de cidadãos. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel. (Orgs.) *Ensino de história, conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra/Faperj, 2003.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. *Cadernos Cedex*, ano XXI, n. 55, novembro/2001.

KNAUSS, Paulo. Ensino médio, livros didáticos e ensino de história: desafios atuais da educação no Brasil. In: FONSECA, Selva Guimarães; GATTI JR., Décio. (Org.). *Perspectivas do ensino de história: ensino, cidadania e consciência*. Uberlândia: Edufu, 2011.

LAJOLO, M. Livro didático: um (quase) manual de usuário. *Em Aberto*, Brasília, vol. 16, n. 69, jan./mar. 1996.

MANTOVANI, Kátia Paulilo. *O Programa Nacional do Livro Didático – PNLD: impactos na qualidade do ensino público*. 2009. Dissertação (de Mestrado). – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas: Departamento de Geografia. Programa de pós Graduação em Geografia Humana, São Paulo.

MUNAKATA, Kazumi. Devem os livros didáticos de história ser condenados? In: ROCHA, Helenice et al. (Orgs.). *A escrita da história escolar. Memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda. *Política educacional*. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

SILVA, Tereza Roserley Neubauer da. O livro didático: reflexões sobre critérios de seleção e utilização. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, vol. 44, p. 98-101, fev. 1983.

STAMATTO, Maria Inês Sucupira. O livro didático e a lei: o permitido e

o proibido. In: FONSECA, Selva Guimarães; GATTI JR., Décio. (Orgs.). *Perspectivas do ensino de história: ensino, cidadania e consciência*. Uberlândia: Edufu, 2011.

VALDEMARIN, Vera Tereza. *História dos métodos e materiais de ensino: a escola nova e seus modos de uso*. São Paulo: Cortez, 2010.